

TESSITURA DE UMA REDE DE ARTE, CULTURA E SAÚDE NO TERRITÓRIO DA PEQUENA ÁFRICA - REINVENÇÕES FRENTE À PANDEMIA DA COVID 19

*TESSITURE OF AN ART, CULTURE AND HEALTH NETWORK IN THE TERRITORY OF
SMALL AFRICA - REINVENTIONS IN THE FACE OF COVID 19 PANDEMIC*

Roberta Pereira Furtado da Rosa¹ [roberta.rosa@ifrj.edu.br]

Renata Caruso Mecca² [meccadasartes@yahoo.com.br]

Flávia Andreia das Chagas Barros³ [barrosflavia23@gmail.com]

Mayra Brandão Bandeira³ [mayrabbandeira@gmail.com]

Valeska Maria de Souza Malhano³ [vm.malhano@gmail.com]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, *Campus Realengo*
1 – Docente;

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2 – Docente; 3 – Discente.

RESUMO

O projeto de extensão e pesquisa Outros Comuns realiza uma tessitura de rede de arte, cultura e saúde a partir da construção de parcerias com dispositivos de saúde, assistência social e coletivos de arte independentes em ações que favorecem a participação sociocultural de grupos no território da Pequena África, priorizando seu protagonismo como produtores de cultura. No contexto da pandemia de Covid-19, suas ações foram reorientadas para atividades em modo remoto, que combinaram o acionamento da rede de apoio a grupos em vulnerabilidade social do território no enfrentamento aos efeitos da pandemia, o fornecimento de insumos, a construção de campanhas de financiamento às ações comunitárias e a veiculação nas redes sociais dessas ações para um público amplo. O objetivo deste artigo é relatar a experiência das ações deste projeto durante a pandemia. No que tange aos objetivos específicos do projeto, suas ações se voltaram para o desenvolvimento da educação patrimonial em relação às referências culturais do território por meio da metodologia do inventário participativo. As ações têm acontecido em modo remoto com parceiros e moradores com o objetivo de construir produtos audiovisuais sobre essas referências que possam ser de acesso de todos. Essas iniciativas têm ampliado a rede de parceiros e aquecido movimentos de solidariedade entre os mesmos. Com o inventário participativo, o projeto tem desenvolvido o protagonismo de lideranças comunitárias no reconhecimento, apropriação e difusão das referências culturais do território, em especial seus personagens-moradores. A partir da pesquisa em conjunto com essas lideranças e a parceria com dois centros de cultura da região, ele tem contribuído para projetos de letramento de crianças por meio do compartilhamento dessas referências e da sensibilização para a história dos personagens-moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural; Território; Inventário Participativo; Rede Intersetorial.

ABSTRACT

The Other Commons extension and research project weaves a network of art, culture, and health stemming from the construction of partnerships with health devices, social assistance, and independent art collectives in actions that favor the socio-cultural participation of groups in the territory of Little Africa, prioritizing their role as producers of culture. In the context of the covid-19 pandemic, its actions were redirected towards remote activities that combined the activation of the support network for groups in social vulnerability of the territory to face the effects of the pandemic, the supply of inputs, the construction of financing campaigns, community actions and the dissemination on social networks of these actions to a wide audience. Regarding the specific objectives of the project, its actions focused on the development of heritage education concerning the cultural references of the territory through the methodology of the participatory inventory. The actions have taken place remotely with partners and residents in order to build audiovisual products on these references that can be accessed by everyone. The project's actions have expanded the network of partners and heated solidarity movements between them. With the participatory inventory, the project has developed the leadership role of community leaders in the recognition, appropriation, and diffusion of cultural references of the territory, especially its characters-residents. Based on the joint research with these leaders and the partnership with two cultural centers in the region, it has contributed to children's literacy projects through the sharing of these references and raising awareness of the story of the character-residents.

KEYWORDS: *Cultural Diversity, Territory, Participatory Inventory, intersectoral network.*

INTRODUÇÃO

Nos percursos históricos e culturais no Brasil, notam-se movimentos que se orientam pela elitização e comercialização da cultura pautados em valores euro-branco-ocidentais que invisibilizam diversas manifestações culturais. Contrário a isso, e entendendo os direitos culturais afirmados na Constituição Federal de 1988 como fundamentais de todo cidadão,, este artigo tem por objetivo fazer um relato da experiência de um projeto de pesquisa e extensão que vem desenvolvendo ações no município do Rio de Janeiro desde o ano de 2018 na interface da cultura com os setores da saúde e da assistência social. Seu foco é relatar a experiência de recriação das ações desse projeto frente à pandemia da COVID 19 decretada em março de 2020.

O Outros Comuns é um projeto de extensão interinstitucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Vem atuando no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e no território do entorno, que se refere à chamada Pequena África, na Zona Portuária da cidade.

Esse projeto foi gestado no ano de 2017, em reuniões com membros das subsecretarias de Museus e Diversidade Cultural, na intenção de ampliar o acesso aos equipamentos de cultura do município a grupos populacionais considerados “não-público” dos museus, lonas, bibliotecas e centros culturais. A sua importância se dá, pois essa região, que comporta principalmente três bairros (Gamboa, Saúde e Providência) cuja cultura e memória são fundamentais na história da construção da cidade, sofre com a falta de políticas públicas para a população ter acesso aos seus direitos. No que tange o direito à cultura, essa população pouco frequenta os equipamentos existentes no território e tem pouco conhecimento da importância das referências culturais locais para a constituição do patrimônio cultural da cidade, e tampouco reconhece sua participação na construção do mesmo.

A equipe do projeto atua de forma interdisciplinar e é constituída por graduandos de História da Arte, Serviço Social e Terapia Ocupacional, sendo as duas coordenadoras docentes dos cursos de Terapia Ocupacional em suas respectivas instituições.

Compreendendo a diversidade cultural como patrimônio, o projeto busca ações que contribuam para que a produção de cultura do município seja acessível ao maior número de pessoas possível, alinhando-se assim à proposta do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010). Deste modo, este projeto toca as dimensões simbólica e cidadã da cultura, uma vez que pretende desenvolver espaços em que o diálogo e a diferença sejam fomentados, festejados e funcionem como motor da criação coletiva e de comunidades de partilha.

Tem como principais objetivos a promoção da cidadania cultural, a partir da criação de espaços de convivência, produção, difusão e fruição das expressões culturais entre as diferentes culturas e indivíduos, buscando visibilizar grupos historicamente marcados por processos de vulnerabilidade e estigma social. Auxilia, assim, esses grupos no acesso aos equipamentos de cultura do território e promove a visibilidade de seus modos de vida, memórias e referências culturais como parte do acervo e iniciativa desses equipamentos, seja por meio de oficinas, visitas guiadas dentro e fora de espaços de cultura e ações culturais no território. Para isso, toma como base o Museu e seu entorno, visando mapear e construir parcerias com as populações e equipamentos da área da cultura, saúde, assistência social e demais grupos independentes da região, identificando ações de produção e difusão da cultura local já existentes, bem como parceiros que tem acesso direto à população em situação de vulnerabilidade. Por meio de metodologias de educação patrimonial de cunho participativo e propostas colaborativas de ensino e pesquisa em arte, tem fortalecido uma rede de cooperação para evidenciar a memória, a história e o patrimônio cultural, possibilitando o acesso de todos e o fortalecimento e protagonismo cultural desta população. O projeto tem como direção a promoção da acessibilidade cultural, incluindo nesse escopo pessoas com deficiência, em situação de rua ou em sofrimento psíquico, entre outras.

As ações do Outros Comuns foram orientadas para o território, a fim de viabilizar acesso da comunidade local às propostas desenvolvidas pelo Museu, e criar maior abertura no projeto museológico às manifestações culturais locais. Ao longo do ano de 2018, o projeto articulou uma rede intersetorial colaborativa de modo a favorecer a circulação e a participação sociocultural destes grupos, priorizando seu protagonismo como produtores de cultura. Uma importante ação desenvolvida de 2018 a 2019 foi a construção de um mapa da Pequena África, que deu início a um processo de cartografia destes grupos, de inventário das referências culturais que lhes eram importantes e de tessitura de uma rede de arte, cultura e saúde no território tendo o museu como dispositivo estratégico, culminando com uma exposição desse trabalho no MUHCAB com visita dos atores que participaram desse processo. A continuidade desse trabalho no ano de 2020 se guiou para um desdobramento do inventário participativo, objetivando fazer uma eleição de parte deste território e das referências culturais de uma população adscrita a ser definida. No entanto, esse processo foi atravessado pela pandemia de COVID-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, quando as Instituições de Ensino Superior orientaram o distanciamento social e as atividades remotas de extensão. Frente a isso, foi necessário repensar o formato de trabalho prioritariamente presencial e territorial, e refletir sobre as possíveis colaborações ao território nesse momento de crise. Aqui serão apresentadas algumas dessas experiências de reinvenção possibilitadas pelas fortes parcerias previamente firmadas com atores dessa região.

METODOLOGIA

O Outros Comuns vem adotando em suas ações a metodologia dos inventários participativos. Trata-se de uma ferramenta de educação patrimonial disponibilizada pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (IPHAN, 2016). Ela estimula a comunidade a identificar e valorizar suas referências culturais ao se sensibilizar para a importância da preservação do seu patrimônio. A comunidade é protagonista para inventariar, descrever e classificar o que lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento sobre sua cultura ao “assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais¹ significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas” (TOLENTINO, 2018, p.57).

A metodologia também foi fruto da contaminação com as propostas colaborativas de ensino e pesquisa em arte que congregam contextualização, fruição e produção. Tomou como ponto de partida uma exposição em cartaz no Museu cujo tema era o enredo de uma escola de samba sobre a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário. Desta maneira, explorou, por meio da abordagem triangular do ensino da arte (BARBOSA, 2009), o conceito de inventário e a africanidade na obra de Bispo como disparadores para a construção do mapa da Pequena África. Bispo, um artista negro considerado louco, construiu um inventário do mundo para apresentar a Deus no juízo final, e sua mais recente obra descoberta é um mapa do continente africano que foi restaurada e exposta em 2018 pela primeira vez. O mapa da Pequena África guiado pelo inédito mapa “África de Bispo” e a atividade de inventariar foram dispositivos conectores da rede; e agenciadores do reconhecimento de manifestações culturais expressas nas diversas práticas sociais, modos de vida e visões de mundo que compõem o território. Esse caminho metodológico possibilitou a construção de uma rede de parcerias que se manteve viva em meio a situação de pandemia, sendo fortalecida para dar apoio aos grupos do território no enfrentamento aos efeitos dessa crise. Este artigo busca evidenciar os resultados desta aposta metodológica que, mesmo sendo sustentada de modo remoto, ampliou e aprofundou os vínculos com os parceiros e grupos assistidos, reinventando modos de cooperação e colaboração, assim como meios de desenvolver e dar continuidade ao inventário participativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

TECENDO REDES NA PEQUENA ÁFRICA

A construção do inventário participativo teve início com o mapa em tecido da Pequena África desenhado pelos participantes da abertura da exposição “Chegança”, sobre Bispo do Rosário, no MUHCAB. Este mapa era levado aos grupos do território em ações culturais organizadas com os coletivos de cultura parceiros para que os moradores participassem de sua construção coletiva. Nesse processo, o mapeamento das referências culturais, como lugares, festas, pessoas, objetos e expressões que compõem as identidades e a territorialidade dos moradores daquela região foi conduzido pelas memórias e registrado em criações em tecido, fios, tinta e materiais cotidianos junto ao mapa, compondo um trabalho múltiplo, itinerante e conectivo entre os grupos, o território e o Museu como lugar de salvaguarda dessas memórias.

Vontade de memória e fortalecimento identitário conduzem as pessoas aos museus que, na relação com os objetos, ideias e conhecimento que estes propagam, acabam por conhecer mais sobre si mesmos e a recriar suas identidades e a memória de seus povos ou grupos sociais. Estão entre os fundamentos dos museus a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania, a universalidade do acesso e o respeito e a valorização à diversidade cultural.

¹ As referências culturais referem-se a elementos muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas, e que se deseja transmitir às próximas gerações. (IPHAN, 2016).

A diversidade cultural se refere à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão, e se manifesta também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais (UNESCO, 2006). Aponta para a expressão do singular, do direito de diferir, bem como do universal, de uma ética e de um conjunto de direitos humanos. Portanto, deve ser diálogo constante entre grupos e servir de bandeira contra um processo de globalização uniformizadora (BARROS, 2008).

Nesse sentido, a opção pela metodologia dos inventários participativos (IPHAN, 2016) coadunou com a promoção da diversidade cultural, pois prevê a salvaguarda e a valorização das referências culturais historicamente subalternizadas ou silenciadas nos processos de patrimonialização no país, bem como saberes, fazeres e epistemologias a elas associados, a exemplo das referências culturais africanas e indígenas. Alinha-se a uma perspectiva de educação patrimonial decolonial que prima pela construção coletiva e democrática do conhecimento por meio do diálogo e do reconhecimento de que o patrimônio cultural é produto das relações sociais e dos significados que os indivíduos e grupos lhe atribuem (TOLENTINO, 2018). Assim, rompe com processos de dominação sobre memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos ou estigmatizados.

As ações de construção do mapa foram organizadas dentro e fora do Museu, em parceria com os centros de cultura e coletivos de arte locais, com a participação de usuários dos equipamentos de saúde, de assistência social e habitantes do território. Esses coletivos promoveram, junto ao projeto, a organização de eventos nas praças. Esses eventos permitiram a aproximação dos moradores, possibilitaram uma escuta sensível das suas necessidades e interesses e o compartilhamento com outros atores que sustentaram a promoção de espaços de convivência, criação, defesa e exercício do direito à cultura. Participaram da construção do mapa: crianças e adultos frequentadores de quatro coletivos de cultura; visitantes da exposição em cartaz; moradores de ocupações do território e usuários de um serviço de saúde mental e de um centro de apoio à população em situação de rua. A maioria das pessoas nunca havia entrado no Museu, e muitas delas sequer sabiam de sua existência. Após a confecção do mapa, esses grupos eram convidados a ir ao Museu, ver sua produção exposta e conhecer o espaço a partir de visitas guiadas com a equipe do educativo.

Toda essa rede que foi engendrada neste processo foi de suma importância na situação advinda da pandemia, pois possibilitou, num primeiro momento, articulações territoriais para apoio a grupos em vulnerabilidade social no enfrentamento aos efeitos da pandemia. Num segundo momento, a rede viabilizou a continuidade do inventário participativo, focalizado para um recorte específico do território em que parceiros e lideranças expressavam o desejo de investir e de manter a cultura local viva e de fomentar a memória sobre personagens-moradores - fortalecendo, assim, a cultura como bem comum.

PEQUENA ÁFRICA NA PANDEMIA

A Pequena África, compreendida na Zona Portuária do Rio de Janeiro, é conhecida por sua importância cultural e histórica. Compreende o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração e Herança Africana, além de ser conhecida como o berço do samba. Este local se tornou uma área de grande movimentação turística e econômica. Neste contexto, bares, comércios, projetos e centros independentes de cultura são atrativos para quem busca conhecer mais sobre a cultura afro-brasileira e o ambiente, considerado boêmio, de bares e casas de festa.

A pandemia da Covid-19 ocasionou impactos econômicos, culturais, sociais e políticos no mundo todo e não foi diferente neste território que é marcado pela chegada de africanos escravizados e pela ocupação por ex-escravizados ao longo dos últimos dois séculos.

Sabe-se que a escravização e a chamada abolição da escravatura marcaram de diversas formas a população negra no Brasil, inclusive determinando estruturalmente na sociedade sua classe socioeconômica. Sodré (2002) destaca o caminho construído pela colonização, ao qual não bastava a exploração econômica, mas o aprofundamento do aparato colonizador por meio da identificação entre corte e colônia pela homogeneização de padrões ideológicos em que arquitetura e urbanismo eram destaque. Esse processo de “europeização” da cidade dava status aos brancos e promovia a segregação territorial e subalternização da população negra, que, negligenciada na reforma agrária pós-abolição, passou a ocupar cortiços e morros na região portuária.

Essa segregação se intensificou com as reformas urbanas, principalmente na gestão de Pereira Passos (de 1902 a 1906), que propunha o saneamento da cidade ao acabar com as ocupações entendidas como ‘anti-sanitárias’ (VALLADARES, 2000) e com o racismo estrutural evidente nos processos de urbanização e gentrificação² dos séculos XX e XXI, mais recentemente incorporados aos eventos esportivos sediados na cidade do Rio de Janeiro e ancorados nos argumentos de revitalização urbana, tamponando o abandono histórico da região (RODRIGUES, 2014). Haja vista as consequências desse processo para a dificuldade de acesso à moradia digna e à saúde, entende-se que a população desse território se torna mais suscetível à contaminação pelo coronavírus, principalmente devido às condições de desigualdade econômica (DEMENEK *et al.*, 2020) e somado ao marcador social de raça (SANTOS *et al.*, 2020).

Seguindo o Decreto Federal 10.282 de março de 2020 (BRASIL, 2020), que tinha como objetivo principal frear o avanço das taxas de contaminação pelo novo coronavírus, estariam suspensas atividades não essenciais. Assim sendo, fecharam-se bares, museus, centros culturais e turísticos, impactando a economia geral e assolando ainda mais os grupos em situação de vulnerabilidade.

Em conversa com os parceiros do projeto, os mesmos relataram tristeza em relação à interrupção das atividades e a mudança na rotina de toda a comunidade, assim como a preocupação com a doença e com os impactos avassaladores que a mesma causaria à população territorial. Sendo assim, o projeto Outros Comuns buscou somar forças às ações que estavam sendo implementadas pelos moradores, grupos e coletivos da região para reduzir os efeitos da pandemia, cooperando com estratégias para a garantia de subsistência e preservação da vida, além de manter as ações originárias do projeto de estímulo ao reconhecimento do patrimônio cultural local junto aos espaços socioculturais do território.

No que se refere à colaboração nas ações comunitárias de enfrentamento desta crise, a equipe do projeto fez uma busca ativa dos coletivos de arte e cultura parceiros para entender como o contexto de pandemia estava sendo experimentado pelos diferentes grupos que eles atendiam. Foram identificadas situações problemáticas diversas, que se agravaram mediante a singularidade destes grupos e coletivos. Destacam-se alguns desses problemas, aos quais este projeto buscou se debruçar a fim de investir em ações de apoio em conjunto com os parceiros: a situação precária hidráulica e elétrica do prédio de uma ocupação urbana da região com risco de incêndio e que ameaçava a vida dos moradores mediante a necessidade de isolamento em casa; a falta de orientações de educação em saúde da população do Morro da Providência, no que se refere ao cuidado e a prevenção à Covid-19 e a escassez de insumos de higiene e recursos básicos, tais como água e saneamento; a dificuldade de retomada econômica de um bar/ocupação da região devido ao pouco movimento e a

² Refere-se às intervenções urbanísticas que levam a investimentos na região, conseqüentemente, elevando o valor de mercado dos terrenos, inviabilizando a permanência da população já ali estabelecida. Isso provoca a expulsão indireta dos moradores da zona portuária, como consequência inevitável com a produção de um novo espaço urbano que visaria atender ao capital (RODRIGUES, 2018).

consequente impossibilidade de continuidade dos projetos sociais de apoio aos moradores que este espaço desenvolvia.

O desafio que se colocava era pensar em modos de continuidade do trabalho que pudessem ser mediados pela tecnologia, utilizando de redes sociais e plataformas on-line de financiamento e divulgação para possibilitar esse apoio às necessidades dos grupos e às ações comunitárias já em curso.

PARCERIAS E POSSIBILIDADES NO TERRITÓRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia exigiu uma reorganização das atividades, que passam a ser feitas no formato remoto por meio de recursos tecnológicos, e que apresentaram desafios para a continuidade do trabalho eminentemente territorial. No entanto, favoreceram o encontro virtual com parceiros apesar das distâncias necessárias à prevenção do contágio.

O projeto previa aprofundar o trabalho do inventário participativo no ano de 2020. O contato com coletivos de arte do Morro da Providência já havia sido estabelecido no final de 2019 em visitas guiadas à exposição do Mapa - Inventário Participativo da Pequena África no MUHCAB. Pouco antes da pandemia ser decretada, foram realizadas visitas a esses coletivos para fortalecer os vínculos e compor um trabalho tomando o território da Providência e seus moradores como direcionadores das ações. Essa nova situação que se impôs exigiu elencar prioridades que envolviam questões emergenciais do combate à pandemia junto aos grupos do território.

O primeiro movimento da equipe do projeto foi intensificar o contato com os parceiros e, ao identificar as problemáticas geradas pela pandemia, organizar as seguintes ações de apoio.

A Ocupação Chiquinha Gonzaga enfrentava problemas elétricos e hidráulicos e a falta de manutenção do prédio abria oportunidade para sérios riscos de incêndio. A situação ocasionada pela pandemia agravava esse risco, uma vez que os moradores estavam em isolamento social a fim de evitar a proliferação do vírus. As precárias condições de moradia provocavam grande quantidade de mofo e, conseqüentemente, problemas respiratórios, os quais suscetibilizavam ainda mais os moradores às complicações do coronavírus.

Em resposta a esta situação emergencial, o projeto, junto a líderes da ocupação e do movimento por moradia no território, organizou uma campanha de financiamento coletivo para os reparos estruturais necessários, aproveitando a data em que a ocupação completou 16 anos de luta por moradia digna e popular. A campanha chamava atenção para o problema e divulgava ao mesmo tempo a luta do movimento por moradia na Zona Portuária. Para estimular a contribuição, foram veiculadas nas redes sociais *Lives* Culturais com três músicos em apoio à campanha. O valor arrecadado possibilitou a resolução de parte dos problemas estruturais do prédio.

Os moradores do Morro da Providência também vivenciaram inúmeras dificuldades na pandemia: a falta de água e de insumos básicos de higiene; famílias que perderam significativamente sua renda pelo desemprego ou impossibilidade de trabalhar devido ao fechamento de comércios e afins; a dificuldade de acesso aos cuidados em saúde e de rastreamento do número de infectados no Morro e a recorrente violência policial. Diante da ausência do estado, os próprios moradores, por meio de suas lideranças, organizaram ações de orientação sobre as medidas preventivas, mapeamento de casos de Covid 19, distribuição de cestas básicas, insumos de higiene e equipamentos de proteção individual e o lançamento de campanhas para financiamento de gás e alimentos. A colaboração do projeto viabilizou a divulgação para um público amplo por meio das redes sociais das campanhas realizadas pelos moradores e também a distribuição no morro de álcool 70% produzido em uma das IES a qual o projeto se vincula.

Outra problemática que foi identificada se refere a um bar/ocupação da região. Com a flexibilização das medidas de segurança, após alguns meses de pandemia, a abertura do comércio foi ocorrendo aos poucos, com fraco movimento de turistas e moradores nos estabelecimentos. Esse bar/ocupação é uma iniciativa social e cultural no território, pois oferece alimentação e moradia a pessoas em situação de vulnerabilidade social e usuários de um serviço de saúde mental, além de abrigar coletivos de arte e residências artísticas, oferecer cursos e formação a jovens. Com a pandemia e mesmo após a reabertura do comércio, o bar teve dificuldade de manter essas colaborações. Frente a isso, o projeto colaborou na montagem e divulgação em redes sociais de uma campanha de financiamento coletivo para angariar fundos para a continuidade deste trabalho.

Estas foram algumas possibilidades de trabalho e colaboração que o Outros Comuns assumiu com o território nos primeiros quatro meses em que foi decretada a pandemia. Tais ações possibilitaram o fortalecimento dos movimentos de solidariedade entre os mesmos e a ampliação e aquecimento dessa rede de parceiros.

A restrição social não impediu a reinvenção de metodologias para garantir a articulação com o território a fim de dar continuidade à proposta de construção do inventário participativo da Pequena África. Pensou-se em produções artísticas criadas em formato digital decorrentes desse processo de levantamento das referências culturais identificadas pelos moradores. Para o trabalho seguir essa direção, foi criado um laboratório com funcionamento também remoto no qual todo grupo vem experimentando o uso de recursos digitais em edições de vídeos, fotos e flyers, assim como a construção de conteúdo e divulgação em redes sociais tanto das ações colaborativas em curso para maior alcance de público, mas também dos estudos realizados pelo grupo de extensionistas e professores sobre as referências culturais do território. A fim de qualificar as produções, o laboratório recebeu a colaboração de três artistas consultores em design, quadrinhos e colagem digital.

O conteúdo advindo do grupo de estudos afro-referenciados e sobre teóricos negros (SODRÉ, 2002; MBEMBE, 2018; BÂ, 2010) refere-se a conceitos ligados ao racismo estrutural, às políticas de morte em países colonizados e territórios de favelas e sobre a matriz afro-brasileira como orientadora da ocupação dos espaços nas grandes cidades pela população negra no Brasil. Esses estudos evidenciam os pontos de resistência da cultura dos povos em diáspora, gerando formações sincréticas e originais com sentido de preservação do patrimônio e continuidade da cosmologia africana no exílio (SODRÉ, 2002).

Tais conteúdos geraram postagens nas redes sociais, que passaram a incluir também as referências culturais da região a partir do estudo da obra de artistas locais e da história da formação do Morro da Providência. O uso dessas ferramentas favoreceu a interação entre os moradores do território, os parceiros do projeto e um público ampliado que acessa as redes sociais. Esse investimento da equipe nas plataformas digitais, nos conteúdos disponibilizados online e nas redes sociais mobilizou a vinculação a uma rede de projetos e iniciativas sociais angariadas pelo Laboratório de Inovação Cidadã da UFRJ (LABIC). Essa rede composta por aproximadamente 40 projetos sociais de todo o Brasil recebeu mentoria por seis meses sobre tecnologias sociais voltadas para a produção do bem comum, cultura de redes de colaboração e inovação cidadã. Eles proveram a articulação do projeto a uma rede de colaboradores que tem auxiliado na elaboração de produtos em colagem digital e animação.

AÇÕES ATUAIS NO TERRITÓRIO

O trabalho do Inventário Participativo vem se mantendo no formato remoto, em um recorte territorial no Morro da Providência. A proposta refere-se à produção de conteúdos audiovisuais decorrentes desse processo de inventariação das referências culturais eleitas pelos moradores e atores locais como importantes à valorização de sua memória, história e

patrimônio cultural. A ideia é que essas produções possam ser veiculadas em redes sociais a partir de um conteúdo acessível a todos os públicos.

A partir da parceria prévia firmada com alguns atores do Morro da Providência (dois centros de cultura independentes e um articulador territorial) foi agendada uma reunião para a apresentação da proposta da construção do inventário participativo, que somente seria possível em composição com uma rede de cooperação direta com o território. Nessa conversa também buscou-se ouvir como esses coletivos vinham se organizando em seus processos de trabalho e projetos.

Nesse encontro notou-se que a proposta do inventário fazia ressonância com alguns projetos em andamento nesses centros de cultura. Um desses centros, a “Casa Amarela” iniciava um projeto com crianças nomeado “pequenos contadores de história”, que visa não só o trabalho de letramento e reforço escolar, mas também a valorização de sua cultura e memória por meio da busca da história de moradores-personagens referência na Providência e para essas crianças, fazendo parte de seu dia a dia e sua cultura. O outro centro de cultura nomeado “Galeria Providência” que tem como proposta produzir uma galeria de arte a céu aberto a partir do trabalho de grafite, no ano de 2020 havia eleito como tema dos grafites alguns personagens importantes que eram moradores do Morro. Eles seriam retratados nas paredes do Morro da Providência.

O Outros Comuns, ao propor o inventário, precisaria eleger junto com o território uma categoria de referências culturais (objetos, saberes, personagens, celebrações etc.) que fosse escolhida pelos moradores e atores locais para, a partir daí, fazer uma pesquisa contextual através de referências de textos, imagens, coleta de história oral e coleta de objetos. O direcionamento do trabalho desses Centros de Cultura para a coleta de histórias de pessoas influentes do morro, elegendo personagens como inspiração para seus projetos e já iniciando entrevistas com os mesmos, direcionou também a escolha da categoria de referências culturais que o Outros Comuns trabalharia no inventário: no caso, a categoria ‘personagens-moradores’. Esse é o comum que vem unindo esses projetos, viabilizando a continuidade do trabalho do Inventário Participativo e possibilitando a composição dessas ações em um trabalho conjunto. Como direcionamento da primeira reunião, foram combinados encontros periódicos com esses coletivos a fim de alinhar as propostas e fazer o acompanhamento e avaliação das ações em curso.

Em 2020, deu-se início a esse trabalho coletivo de inventariar personagens importantes do Morro da Providência. O projeto “pequenos contadores de história” já havia selecionado alguns personagens e dado início às entrevistas. Nessa parceria, o Outros Comuns passa a compor, a partir do trabalho de transcrição desses áudios, como na criação dos materiais artísticos desenvolvidos para retratar por meio de imagens, movimentos, sons e narrativas, o personagem entrevistado. Para essa produção, o grupo vem se dividindo na tarefa da transcrição das entrevistas e devolutiva à Casa Amarela. Esse material escrito é usado por eles para o trabalho de letramento, interpretação de texto e construção de narrativas próprias das crianças em relação aos personagens. Vem sendo feita em paralelo uma pesquisa contextual e de imagens sobre o Morro da Providência para criação de um banco de imagens com fotos do território e desenhos das crianças, assim como a seleção de textos que contam a história da criação do Morro. Esse material é fundamental para a criação da arte digital por meio da composição das imagens em um vídeo com animação, assim como a pesquisa contextual serve para a construção do roteiro que comporá a narrativa dos vídeos. Tal produção pretende ocorrer atrelada à produção das crianças ao retratarem seu cotidiano e ao terem contato com a história desses personagens (produzirem desenhos e narrativas próprias sobre o personagem).

Outra ação que caminha junto a essas duas é a organização e contratação de profissionais que trabalham com recursos de acessibilidade (audiodescrição, janela de libras). Tais recursos comporão essa produção artística no intuito de atingir uma maior quantidade de

públicos. O objetivo é que esse material seja divulgado no próprio território para ser fruído não só pelos moradores, mas também para um público amplo, a fim de difundir a história e cultura deste lugar por meio da valorização da história de seus personagens.

Essa proposta engloba desde as crianças aos mais velhos do território, integrando e despertando saberes, cosmovisões, filosofias, experiências e fazendo resgates memoráveis. Um autor africano que orienta esse trabalho de resgate da história de moradores por meio da história oral é Hampâté Bâ (2010). Para ele, a fala tem uma importante função de manutenção das tradições e identidade cultural e ancestral africana. Para ele, antes da escrita há um processo de reflexão e de diálogo consigo mesmo, tendo a fala um caráter sagrado que é vinculado à origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Se na tradição oral africana a fala é força, é porque cria uma relação de vaivém que gera movimento e ritmo, vida e ação (BÂ, 2010). É com base nessa ideia que o trabalho de criação dos produtos artísticos caminha. Buscando, a partir da história oral de moradores, valorizar e manter viva a cultura deste território pela transmissão de suas histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Outros Comuns, frente à pandemia da Covid 19, é atingido por inseguranças e incertezas. As instituições indicam o trabalho em formato remoto até a estabilização ou erradicação dos contágios. Esse novo cenário exige lançar mão de novos recursos. Sendo assim, o Outros Comuns inicia um laboratório de experimentações de ferramentas para produção de artes digitais a partir de pesquisas e contatos com as histórias do território e a trajetória de personagens do mesmo. Esse foi um caminho que possibilitou reinventar as propostas e dar continuidade às ações de conexão com a Pequena África e sustentou o contato com os parceiros em ações conjuntas, buscando aquecer essa rede social de suporte, ampliando diálogos na divulgação de financiamentos coletivos, campanhas online, busca por insumos e ações de educação em saúde da comunidade.

Dando continuidade às ações do inventário participativo iniciadas antes do distanciamento social, o grupo retoma e se aprofunda nessa metodologia apresentada aos parceiros. A sintonia é presente desde o primeiro diálogo até o alinhamento dos objetivos em conjunto. Esta ação se mantém em processo de desenvolvimento e seus desdobramentos têm sido estimulantes.

Apesar das dificuldades decorrentes da situação sanitária do país, vem sendo possível aprofundar os vínculos com parceiros do território, reinventando modos de cooperação e colaboração e novas perspectivas de trabalho conjunto. Com o inventário participativo, o projeto tem desenvolvido o protagonismo de lideranças comunitárias no reconhecimento, apropriação e difusão das referências culturais do território, em especial seus personagens-moradores. A pesquisa em conjunto com essas lideranças e essa parceria com dois centros de cultura da região tem contribuído para projetos de letramento de crianças por meio do compartilhamento dessas referências e da sensibilização para a história dos personagens-moradores.

Esse novo modo de trabalho virtual intensificou as atividades e o engajamento dos componentes do grupo a partir da reinvenção de si, das relações e dos meios de trabalho. Desse modo, o Outros Comuns ressignifica sua presença no território entendendo que é possível fazer trocas significativas da extensão com a comunidade mesmo em formato remoto de forma efetiva e satisfatória, possibilitando a troca de saberes e fazeres que potencializam ambos os grupos.

REFERÊNCIAS:

BÂ, A. H. A tradição Viva. In: KI ZERBO, J. (org). **História Geral da África 1: Metodologia e pré-história da África**. 2ed rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. (org.) **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL, LEI Nº 12.343, de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm Acesso em jan. 2021.

BRASIL, DECRETO Nº 10.282 de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm Acesso em dez. 2020.

DEMENECH, L. M.; DUMITH, S. C.; VIEIRA, M. E. D.; NEIVA-SILVA, L. Desigualdade socioeconômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio Grande do Sul, v.23, E200095, Out. 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rbepid/2020.v23/e200095/pt> . Acesso em jan. 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial: Inventários Participativos/ manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf Acesso em dez. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo, 3.ed. N-1 Edições, 2018.

RODRIGUES, N. M. Remoções no Morro da Providência: O modelo Hegemônico de Modernização e a produção de um novo espaço. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh - Rio: Saberes e Práticas Científicas**. ISBN: 978-85-65957-03-8. 28 de julho a 1 de agosto de 2014. Disponível em http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400448044_ARQUIVO_ANPUH.pdf Acesso em jan. 2021.

SANTOS, M. P. A.; NERY, J.S.; GOES, E. F.; SILVA, A.; SANTOS, A. B. S.; BATISTA, L. E.; ARAÚJO, E. M. População Negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**. v.34, n. 99, p. 225-244, Ago. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf> Acesso em jan. 2021.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Salvador: Imago, 2002. 182 p.

TOLENTINO, A. B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v.1, n.1, jan./jul. 2018.

UNESCO. Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Genebra: UNESCO, 2006. Disponível em <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf> Acesso em dez. 2020.

VALLADARES, L. A gênese da favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. Rev. Brasileira de Ciências Sociais - v. 15 n. 44. out.2000. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6909200000300001&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em jan. 2021.